



PIBIC

RELATÓRIO PARCIAL DE ATIVIDADES

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. NOME DO BOLSISTA: Gisele da Silva Regis

1.2. NOME DO ORIENTADOR: Maria Helena Silveira Bonilla

1.3. PERÍODO TRABALHADO:
Novembro de 2012 a
Janeiro de 2013

1.4. TÍTULO DO PROJETO: Da inserção das tecnologias digitais à formação de professores nas escolas do campo: as potencialidades do PRONACAMPO.

2. EXECUÇÃO:

2.1

Descrição da Atividade	Período
Levantamento e coleta de documentos oficiais relacionados ao Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).	Novembro de 2012 a Janeiro de 2013
Levantamento dos materiais que foram publicados pela sociedade civil, movimentos sociais e demais instituições envolvidas com a operacionalização do Pronacampo	Novembro de 2012 a Janeiro de 2013
Alimentação do banco de dados do Grupo de pesquisa em Educação Comunicação e Tecnologias (Gec)	Novembro de 2012 a Janeiro de 2013
Leituras e estudos dos documentos coletados e de bibliografia sobre os temas em foco	Novembro de 2012 a Janeiro de 2013
Participação em eventos	Novembro de 2012 a Janeiro de 2013
Elaboração do Relatório Parcial	Dezembro de 2012 a Fevereiro de 2013

2.2. RESULTADOS PARCIAIS ALCANÇADOS E DISCUSSÃO (Max. 05 páginas com gráficos, figuras, esquemas, etc.):

A pesquisa tem por título: “Da inserção das tecnologias digitais à formação de professores nas escolas do campo: as potencialidades do PRONACAMPO”, e busca compreender o que o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) traz de avanço ou superação no que diz respeito ao acesso, uso e concepções das tecnologias digitais em relação aos projetos e programas anteriores, ocorridos durante o governo do Presidente Lula, além de verificar quais as potencialidades desse programa para a melhoria da infraestrutura tecnológica das escolas, para a formação de professores do campo bem como para a constituição da cultura digital na educação do campo. Nesse contexto, este relatório intitulado “As potencialidades do Pronacampo para a formação de professores do campo” constitui-se parte dessa pesquisa e se propõe a investigar quais avanços ou retrocessos estão postos no programa, no que tange à formação dos professores do campo para o uso das tecnologias digitais.

Para tanto, buscamos, como metodologia, o levantamento e a análise de dados e documentos oficiais concernentes ao programa, sua forma de operacionalização, suas implicações na sociedade e os movimentos sociais que se constituem em torno dele.

Fizemos ainda, o acompanhamento do Município de Macarani para sabermos se as ações estão chegando ou não aos povos do campo. A escolha desse Município se deu pelo fato de uma integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC) ser professora do mesmo e atuar, como técnica, na secretaria municipal de educação frente à coordenação de projetos especiais.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo)

O campo é marcado por um contexto histórico de descaso e abandono por parte da sociedade e dos poderes públicos. Nas palavras de Bonilla e Halmann:

[...] Historicamente, o que é dado como direito da população em geral tem sido negado à população do campo, que vem amargando os piores índices socioeconômicos, como renda, analfabetismo e acesso às tecnologias, além de essa população ser relegada a uma educação precária, com currículos que não condizem com suas necessidades, com uma infraestrutura deficitária e com professores sem formação adequada [...] (BONILLA; HALMANN, 2011, p.1).

Diante desse contexto o Governo Federal lançou programas tais como o Escola Ativa, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), entre outros, os quais tinham por objetivo reparar a situação de esquecimento e descaso em que se encontra ainda a população do campo. Mas não só o Estado manifestou preocupação em estabelecer políticas reparadoras, visando atender à população que vive no campo; os movimentos sociais do campo também se unem e passam a reivindicar do governo aquilo que lhes é de direito. E um desses direitos a serem garantidos é o direito a uma educação básica de qualidade. Lançado no dia 20 de março de 2012, pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) emerge nesse contexto como mais um programa de governo que visa reparar a relação de abandono aos povos do campo. Sobre o Pronacampo a presidenta Dilma afirma: “Nós estamos apostando que uma nova geração vai se beneficiar de tudo que fazemos nesta, mudando a feição do campo brasileiro e garantindo que ele será um lugar digno e de qualidade para se morar e se criar os filhos” (BRASIL, 2012a).

O Pronacampo foi criado em cumprimento ao Decreto nº 7.352/2010*. O Programa objetiva a melhoria da qualidade do ensino nas escolas do campo, a formação de professores, a confecção de material didático específico para a realidade do campo, bem como o acesso e a recuperação de infraestrutura e qualidade da educação do campo em seus níveis e modalidades. Ele oferecerá auxílio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação de políticas de educação do campo (BRASIL, 2012a). O programa baseia-se em quatro eixos de ações: I Gestão e Práticas Pedagógicas, II Formação de Professores, III Educação de jovens e adultos - Educação Profissional e Tecnológica e IV Infraestrutura Física e Tecnológica.

No que tange ao eixo II, a formação de professores, o Pronacampo tem por meta oferecer cursos de formação Inicial, Continuada e de Pós-graduação. As ações propostas são: oferta de cursos de Licenciatura em Educação do campo, expansão de polos da Universidade Aberta do Brasil - UAB, cursos de aperfeiçoamento e especialização, financiamento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento da educação do campo e quilombola. Para tanto, serão usados como instrumentos: a Universidade Aberta do Brasil, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, as Instituições de Educação Superior públicas e comunitárias e o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. A rede de formação: Procampo (Licenciatura em Educação do campo), Parfor e Uab, contará com um total de 149 instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas sem fins lucrativos, espalhadas por todas as cinco regiões do País, sendo que a maioria das instituições são federais e estão localizadas na região sudeste.

Com essas ações pretende-se até 2014 a formação inicial de 45.000 docentes e a formação continuada de 100.000 professores. Quanto aos instrumentos:

- A UAB é um sistema integrado por universidades públicas que propõe formação em nível superior para as camadas da população que não têm acesso ao mesmo, usando, para tanto, a metodologia de educação a distância (BRASIL, 2006a). O sistema atende prioritariamente aos professores que atuam na educação básica, logo após os dirigentes, gestores e trabalhadores dos municípios, estados e Distrito Federal, mas o público que está fora desses requisitos também é atendido

*Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

(BRASIL, 2006a). Serão criados mais 200 polos de apoio presenciais da UAB que atenderão aos professores do campo, e através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) serão destinados recursos para a manutenção e apoio a esses polos (BRASIL, 2012a). No entanto, não é informada a previsão de quando esses polos começarão a funcionar.

- O Parfor tem por objetivo formar professores que já trabalham na educação básica. Oferece cursos de primeira licenciatura para professores que atuam na rede básica sem formação superior, segunda licenciatura para aqueles que atuam em área distinta da sua formação e a formação pedagógica para docentes graduados mas não licenciados (BRASIL, 2006b). O Parfor existe na modalidade presencial e a distância, contudo seu curso a distância faz parte do sistema UAB.
- O PNAES tem por objetivo oferecer apoio aos estudantes de baixa renda que cursam a graduação em Instituições Federais de Educação Superior. Tal apoio consiste em oferecer assistência na moradia do estudante, na sua alimentação, saúde, creche, lazer, inclusão digital, transporte e cultura (BRASIL, 2013).

Tratando-se da formação de educadores do campo no âmbito do Pronacampo só as ações e os instrumentos estão previstos, mas não se tem dados ou documentos que comprovem se a UAB, o Parfor e o PNAES estão de fato se articulando com o programa e promovendo essa formação. No entanto, a formação de professores no Pronacampo avança no sentido de que não irão se formar professores multiplicadores como no caso do programa Escola Ativa, e sim professores que atuarão direto nas salas de aulas. Segundo dados do Censo Escolar-Inep de 2011 (BRASIL, 2012b), o campo tem no total 342.845 professores, destes, somente 182.526 possuem nível superior, 160.319 não tem ensino superior, dentre estes 156.190 tem o ensino médio e 4.129 com ensino fundamental. Uma das metas do programa é até 2014 formar 45.000 professores em formação inicial e 100.000 em formação continuada. Mesmo que as metas propostas se efetivem, ainda restarão 115.319 professores que continuarão atuando no campo sem formação inicial e 82.526 sem formação continuada. Sendo assim pode-se notar que as metas do programa são tímidas e atenderão a uma parcela pequena de professores, restando ainda no campo muitos professores sem a formação devida.

Por outro lado, um dos instrumentos para a formação dos professores do campo será a

UAB. Contudo, a UAB, com sua metodologia de educação a distância, nos leva a questionar em como se dará essa formação a distância em um país que ainda possui um grande desigualdade em relação ao acesso a internet e a posse das Tecnologias digitais. Segundo pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Brasil realizada em 2011, menos da metade da população brasileira com dez anos ou mais (45%) é usuária de internet, e em se tratando do campo, o acesso às tecnologias digitais ainda não alcança uma parcela significativa da população campesina. A presença do computador na área urbana (51%) é bastante superior à penetração do equipamento na área rural (16%). A desigualdade entre a posse do computador entre a área rural e urbana se perpetua em relação ao uso da internet. Na zona urbana metade da população com 10 anos ou mais (50%) usa a internet, enquanto que na zona rural corresponde a um quinto da população (18%). Outro fato a ser exposto é que os cursos a distância não são bem aceitos pelos povos do campo por não abarcarem a especificidades necessárias à formação de um professor do campo.

Em suma, diante da ausência de dados que comprovem a efetivação do Pronacampo, em relação à formação de professores, nota-se a desarticulação entre o mesmo e seus instrumentos, suas ações e sua Rede de formação, ou seja, ainda não se tem dados ou notícias de como esse programa chegará ou se está chegando de fato aos professores do campo. Inclusive, em Macarani, Município da Bahia no qual estamos fazendo o acompanhamento das ações do Pronacampo, nenhuma ação em relação à formação de professores do campo chegou. Observa-se ainda que as metas do Pronacampo são insuficientes se comparadas à demanda por formação por parte dos professores do campo e o prazo de vigência do Programa é curto (2012 a 2014) frente ao que o mesmo se propõe a realizar.

2.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS EFETIVAMENTE UTILIZADAS (Max. 10):

BONILLA, Maria Helena Silveira; HALMANN, Adriane Lizbehd. Formação de professores do campo e tecnologias digitais: articulações que apontam para outras dinâmicas pedagógicas e potencializam transformações da realidade. **Revista da Faculdade de Educação UFG - Inter-Ação**. Goiânia: Editora da UFG, v.36, nº. 1, P. 285-308, 2011.

BRASIL, Coordenação de acompanhamento de pessoal de nível superior. Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR, 2006b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>. Acesso em: 22 de Janeiro de 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Secretários da Educação. Programa Nacional de Educação do Campo. **Pronacampo**. Ministério da Educação. Brasília, 5 de abril de 2012b. Disponível em:

<<http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo%20%20dados%20e%20metas.pdf>>. Acesso em: 14 de Novembro de 2012.

BRASIL, Decreto-lei nº. 5.800, de 8 de junho de 2006, Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF, 8 de jun.2006a. Art. 1º-9º. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em 15 de Dezembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Plano Nacional de assistência estudantil. Pnaes Apresentação. Brasília, DF, 2013 . Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content>. Acesso em: 22 de Dezembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Programa implementará educação do campo e atenderá 76 mil escolas. **Pronacampo**, Brasília, 20 mar. 2012a. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17608>. Acesso em: 16 de Janeiro de 2013>.

CGI. Br , Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2011. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no

Brasil, 2012. Disponível em:< <http://op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf>> Acesso em: 16 de Janeiro de 2013.

2.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS / CAUSAS E PROCEDIMENTOS PARA SUPERÁ-LAS:

Encontrei dificuldades na coleta e análise de dados, pois não se tem dados que comprovem se de fato esse programa está acontecendo, principalmente no tocante ao eixo sobre a formação de professores. Então, encontrei como alternativa aprofundar conhecimentos teóricos referentes a formação de professores para o uso das tecnologias digitais.

2.5 LISTE OS PRODUTOS GERADOS COM O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:

Relatório Parcial

Alimentação de Bancos de Dados do Gec:
<http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/GiseleRegis>